

CARÊNCIA DE BRAÇOS NAS PROVÍNCIAS DO CEARÁ E DO MARANHÃO: CHEGADA DE COLONOS EUROPEUS E ÊXODO DE TRABALHADORES NACIONAIS (1848-1911)

LABOR SHORTAGE IN THE PROVINCES OF CEARÁ AND MARANHÃO: ARRIVAL OF
EUROPEAN COLONISTS AND EXODUS OF NATIONAL WORKERS (1848-1911)

Edgar Braga Neto*

Resumo: Neste artigo, analiso o fenômeno da “carência de braços” nas províncias do Ceará e do Maranhão. Como a temática da transição do trabalho escravo para o trabalho livre é ampla, trato somente das migrações que se originaram no semiárido e da colonização estrangeira, através da perspectiva da história comparada, ao salientar as semelhanças, variações e interinfluências do problema da mão de obra em tais províncias. O estudo avança na compreensão de que, embora a ação do Estado para solucionar o problema da mão de obra tenha se concentrado somente na região Sul, reforçando assim as desigualdades regionais, as províncias do Norte organizaram, cada uma a seu modo, e enfrentando a adversidade do clima e a falta de apoio estatal, núcleos de colonização estrangeira. Isso quer dizer que a questão climática não pode ser tratada apenas como ideológica, como fez Evaldo Cabral de Mello; e que não houve preferência dos produtores do Norte pelo trabalho escravo, como escreve Emília Viotti da Costa.

Palavras-chave: Ceará; Maranhão; Fluxos Migratórios.

Abstract: In this article, I analyze the phenomenon of "labor shortage" in the provinces of Ceará and Maranhão. Since the topic of the transition from slave labor to free labor is broad, I will only address migrations originating in the semi-arid region and foreign colonization, through the perspective of comparative history, highlighting the similarities, variations, and interinfluences of the labor problem in these provinces. The study advances the understanding that, although the State's action to solve the labor problem has been concentrated only in the southern region, thus reinforcing regional inequalities, the northern provinces, each in its own way and facing the adversity of the climate and the lack of state support, organized centers of foreign colonization. This means that the climate issue cannot be treated solely as ideological, as Evaldo Cabral de Mello did; and that there was no preference among producers in the North for slave labor, as Emília Viotti da Costa writes.

Keywords: Ceará; Maranhão; Migratory flows.

* Doutor em Sociologia e professor do Instituto de Cultura e Arte, da Universidade Federal do Ceará (ICA/UFC). E-mail: edgarbraganeto@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3232-1779>.

Introdução

Com a lupa da história comparada, acompanho como as províncias do Ceará e do Maranhão foram solucionando o famigerado problema da mão de obra. Ao compará-las, percebo que há diferenças, semelhanças e influências mútuas no conjunto de ações realizadas para equacionar a questão da falta de trabalhadores. Todavia, as semelhanças existentes entre as ações de governo e de particulares não permitem excessivas generalizações, como fizeram os historiadores que reduziram as experiências das províncias do Norte com a colonização estrangeira ao fracasso. Realmente, quando se compara tais experiências com as que ocorreram no Sul, como, por exemplo, na colônia de São Leopoldo, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Rückert, 2013), percebe-se que não foram bem-sucedidas, mas extrair delas somente o resultado final, ou exigir delas uma entrada maciça de imigrantes europeus, é perder o esforço realizado por cada uma dessas províncias do Norte para suprir a sua “carência de braços”. Esforço esse que tinha um objetivo em comum, porém se realizou de forma diferente em cada província da região. No caso em estudo, se eu me limitasse a dizer que as experiências do Ceará e do Maranhão com a colonização estrangeira não foram exitosas, deixaria de transmitir uma infinidade de detalhes importantes para a história social, que diferenciam bastante as duas experiências. Assim, tais dimensões só são percebidas e compreendidas mediante a ferramenta da história comparada, porque, sem essa ferramenta, dificilmente o pesquisador captaria as semelhanças, diferenças e influências sobre o problema da mão de obra nas províncias do Norte.

Mas quando os historiadores refletem sobre as experiências de colonização estrangeira na região Norte, sem deixar de confrontá-las com as colônias no Sul, é para negá-las, como fez Bandeira Tribuzi (2011, p. 46), ou descrevê-las como um aspecto do atraso nordestino. Nesse sentido, Peter Eisenberg salienta (1973, p. 598): “níveis diferentes de prosperidade em Pernambuco e São Paulo contribuíram mais do que quaisquer outros fatores para que a imigração europeia no Brasil se concentrasse no Centro-Sul”. Da mesma forma, Emília Viotti da Costa (2010) torna comum as experiências com a colonização estrangeira nas províncias do “Nordeste” – insignificantes, no geral – porque os produtores eram afeiçoados à escravidão, o que fazia a região continuar atrasada. Ao concordar, então, com Augusto Milet, a historiadora afirma que, “para a grande maioria dos fazendeiros do Nordeste, o escravo continuava a ser mão de obra preferida” (Costa, 2010, p. 43). As experiências com a colonização estrangeira das províncias do Norte, e não do Nordeste – como pensam Emília Viotti e Peter Eisenberg, pois nessa época o Brasil era dividido somente em duas regiões,

Norte e Sul (Menezes, 2005) – revelaram, para esses historiadores, somente o atraso econômico e cultural da região, porque não concentraram imigração europeia ou não tiveram condições de atrair trabalhadores livres como atraíram as províncias do Sul.

Ao generalizar as experiências de colonização estrangeira no Norte, tornando-as semelhantes, porque, do ponto de vista do capital, elas fracassaram, esses historiadores não perceberam que o suposto “atraso nordestino” foi utilizado pelo governo imperial, já instrumentalizado pelas elites cafeeiras, para não direcionar para a região os investimentos que acompanhavam a instalação das colônias de imigrantes, e, por consequência, dificultar a imigração estrangeira para o Norte. Além disso, eles não consideraram as variações existentes entre tais experiências. Desse modo, não se sabe dos russos e polacos que, “sem uma boa colocação na América do Norte”, migraram para a cidade de São Luís, instalando-se no núcleo colonial 24 de agosto (Maranhão, 1891); ou dos norte-americanos que, devido à Guerra de Secessão, vieram para o Brasil, mas, em vez de escolher as colônias do Sul, preferiram Garanhuns, em Pernambuco; ou dos açorianos que vieram para o Ceará em 1836 (Girão, 2000). Isto é, as províncias do Norte também atraíram milhares de imigrantes: tanto governos quanto produtores da região se aproveitaram do estabelecimento de um circuito mundial de mão de obra no século XIX, que foi responsável pela “maior migração dos povos da História” (Hobsbawm, 1996, p. 271). Mas tal circuito, formado por empresas de navegação, agenciadores, casas comerciais, políticas de incentivo à imigração etc., foi criando estruturas diferenciadas de recepção para os migrantes, reduzindo dessa forma as possibilidades de generalização desse processo histórico.

Assim, embora as províncias do Ceará e do Maranhão estivessem localizadas na mesma região geográfica – no Norte – é importante dizer que havia diferentes ecossistemas em tal região. O Maranhão está sob o domínio do clima amazônico, mata dos cocais e cerrado. Excluindo as serras úmidas, o Ceará está preso à caatinga, onde predomina o clima semiárido. Nos verões secos e prolongados do Ceará, uma parcela expressiva de cearenses migrava, “por ocasião das secas”, para o Maranhão, onde ainda havia florestas (Lopes, 1970, p. 71). Tal migração demonstrou que o clima do Norte era multifacetado e influenciava as correntes migratórias. As secas do Ceará e as doenças tropicais do Maranhão formavam, pois, uma contrapropaganda à imigração. Isto é, a questão do “clima do Norte”, utilizada para atravancar a imigração de europeus para a região, não foi tão somente ideológica, como pensa Evaldo Cabral de Mello (1999).

Havia, também, entre essas províncias acentuadas diferenças no processo histórico

de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em 1884, o Ceará se tornou a primeira província a abolir a escravidão, pois nela o trabalho livre era dominante, já que tinha a pecuária extensiva como principal atividade econômica. Nas fazendas do Ceará não havia, diferentemente do que assegura Emília Viotti da Costa (2010), preferência pelos escravizados como força de trabalho. No Maranhão, não havia secas periódicas como no Ceará, mas o problema da mão de obra tornava-se gravíssimo, porquanto havia, à espera de colonos, grandes extensões de terra que ainda se encontravam praticamente desertas.

Contudo, além das diferenças, houve semelhanças: como a dos fazendeiros de ambas as províncias, que tiraram proveito da sede de braços dos cafeicultores do Sul, para negociar seus escravizados, dando impulso ao tráfico interprovincial (tendo como fluxo a saída de cativos do Norte para o Sul), o que fez com que, apesar dos lucros, diminuíssem a oferta disponível de mão de obra na conjuntura do fim do tráfico negreiro, na qual o preço dos escravizados teve significativa elevação. Houve, ainda, interinfluências em várias esferas (cultural, econômica, social), provocadas pelas migrações de cearenses (trabalhadores nacionais) que se deslocaram para o Maranhão.

Portanto, ao comparar as províncias do Ceará e do Maranhão no tocante ao problema da mão de obra, apresento importantes subsídios para a história social. Nesse exercício tenho o contexto da abolição, que vai desencadear a crise da mão de obra e a busca por imigração estrangeira, e a derrocada da borracha amazônica, que vai se refletir diretamente nas migrações do Ceará, como marcos temporais. Assim, escrevo sobre o êxodo no Ceará, que servirá para preencher a falta de trabalhadores nas províncias do Norte, sendo também canalizado para o Sul, através de uma articulação entre governo central e o presidente da província em 1888, e, depois, em 1900, por meio da força do governo federal e da bancada do Sul. Escrevo também sobre a colonização estrangeira no Maranhão, em especial: a de portugueses do Porto; a tentativa de colonização estrangeira no Ceará; e a migração de cearenses para o Maranhão, migração fundamental para promover o desenvolvimento da economia maranhense.

Êxodo no Ceará

É no século XIX que o sertão do Ceará deixa de ser um lugar atrativo para mão de obra, em virtude da riqueza proveniente do algodão, e se torna um lugar repulsivo, devido à miséria causada pela redução da produção algodoeira. Há outros impulsores das correntes

migratórias que se iniciavam no interior cearense, dentre eles, os que mais sobressaíram, foram as grandes secas, que provocavam a falência da pecuária e o declínio da produção agrícola, e o subsídio de passagens, organizado tanto pelo governo imperial quanto pelos governos provinciais. O governo central incentivou o deslocamento para as fazendas de café no Sul; e as províncias, sobretudo Amazonas e Pará, estimularam a viagem dos sertanejos para a extração do látex na floresta (Weinstein, 1993). Esperançosa, a população sertaneja viu oportunidades reais de transformar suas condições de vida através do engajamento na colheita do café e na extração da borracha – as mais importantes economias da época.

Os migrantes faziam parte do grupo de mais de três milhões de homens desaproveitados e mal aproveitados por todo o território nacional, em fins do século XIX (Rebouças, 1988, p. 50). Diante da situação de abandono, aproveitaram a chance de embarcar nos paquetes e se retiravam do seu torrão natal. Tinham, pois, a possibilidade de se libertar, através do trabalho noutras paragens, da dependência de mandões locais e de uma terra que, somente no último quartel do século XIX – em 1877-1879, 1888-1889 e 1900 – sofreu os rigores de três grandes secas.

Para o Norte amazônico, as correntes migratórias que saíam do Norte semiárido foram mais volumosas do que as que se destinavam ao Sul, até pelo menos 1950. No século XIX, a transumância de mão de obra para o trabalho na seringa se tornou uma das maiores migrações internas do país: conforme Celso Furtado (2009, p. 202), de meados do século XIX até o primeiro decênio do século XX, “a população destacada para a região amazônica não seria inferior a meio milhão de pessoas”. Joaquim Alves (1945, p. 342) afirma que, de 1869 a 1899, mais de 300 mil cearenses emigraram, sendo 255 mil para Amazônia e 45 mil para o Sul. Assim, para se ter uma ideia dessa diferença de fluxo entre as duas regiões, basta acompanhar o número de migrantes que saíram pelo porto de Fortaleza entre 1892 e 1897, como demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 1 – Migrantes que saíram pelo porto de Fortaleza
nos vapores do Loide Brasileiro de 1892 a 1897**

Ano	Destino		Número de Emigrantes
	Norte	Sul	
1892	13.593		13.593
1893	7.380	1.795	9.175

1894	4.443	1.489	5.932
1895	9.092	2.089	11.181
1896	9.686	1.894	11.580
1897	7.312	1.787	9.099
1892-1897	51.506	9.054	60.560

Fonte: Dias (1913, p. 241).

De acordo com Dias (1913), a migração cearense, resultante do êxodo rural, era de grande dimensão, com a saída de mais de 60 mil pessoas num período de 5 anos, isto é, uma média de 12 mil pessoas por ano⁷. A migração para o Sul era de menor proporção, porém não deixa de ser significativa, mesmo que ainda se configure como uma lacuna em nossa historiografia (Braga Neto, 2021). Para a época os números impressionam, especialmente no tocante às migrações internas.

O setor produtivo agitava-se, então, com o êxodo, porque o salário já subia devido à falta de trabalhadores: “Dessa fuga de pobres contínua tem resultado não se encontrarem mais na Fortaleza nem criados, nem serventes, nem operários, e o salários terem subido tanto, que se acha paralisado o trabalho em quase todo o Estado” (Motins no Pará, 1911, p. 1). Em 1897, José Pompeu Pinto Acióli, secretário do Interior e irmão do presidente Acióli, preocupava-se com a situação econômica da província frente a essa migração, pois “o Ceará despovôa-se de dia para dia e as indústrias e a agricultura definham pela carência absoluta de braços e concomitante elevação do salário” (Ceará, 1897a, s/p). Como quer que seja, as províncias do Norte, que necessitavam de mão de obra, subsidiavam a viagem dos cearenses para seus territórios, alistando-os para o trabalho na seringa, na lavoura, em destacamentos policiais: “Dinheirosos Estados contribuem para a espoliação, enviando agentes para contractarem praças para preenchimento dos claros dos seus regimentos policiaes. Este trafico não deve continuar” (Ceará, 1893, p. 14)⁸. Assim, os cearenses só chegaram ao extremo Norte porque usufruíram das passagens subvencionadas; do contrário, teriam alcançado apenas as províncias vizinhas e as cidades do litoral.

O objetivo dos migrantes não era apenas fugir das secas, mas também ascender socialmente, pois a extração da borracha estava em alta no mercado internacional, e isso

⁷ Não informo o total de emigrantes para o Sul, referente ao ano de 1892, porque há essa lacuna na documentação. Nessa documentação, também, não existe uma especificidade maior dos locais de destino.

⁸ Sobre as fontes citadas, adoto a orientação historiográfica de manter a grafia da época.

repercutia no sertão através dos agenciadores de mão de obra – os paroaras – que prometiam um futuro promissor para os indivíduos que trabalhassem na seringa. Tal futuro contradizia as representações, criadas pelo governo do Ceará, sobre o contexto de origem, o local de destino, o trabalho e o migrante. Para o governo do Ceará, o migrante era “inexperto”, facilmente “seduzidos por falazes promessas de lucros” (Ceará, 1897a, s/p); o trabalho na seringa era visto como “cativeiro humilhante”; o local de destino era tido como “empresa de aventuras” (Ceará, 1899, p. 27); e o contexto de origem era descrito como “uma vida plácida, parcimoniosa, com as alegrias da convivência e da saúde” (Ceará, 1899, p. 27). Entretanto, tais representações não demoviam dos sertanejos a vontade de migrar, pois eles eram atraídos mais pelo dinheiro do paroaras do que pelo discurso do governo. Já para a oposição ao governo do Ceará, o êxodo tinha ligação direta com o liberalismo de Acióli, que era do tipo que não construía um açude na terra da seca (Teófilo, 2001, p. 6 e ss.), e, também, com a politicagem promovida pelo seu grupo: “O povo sabe como é ruim a politicagem dos Acciolys; os cearenses sofrem callados as maiores affrontas, para não morrer, o Estado definha e se despovôa” (Acciolys, 1910, p.1).

Para manter a suposta “comunhão social”, inventada pela oligarquia Acióli, o governo do Ceará aplicava novas regras, como a de “impedir o embarque dos menores não sendo acompanhados de seus legítimos responsáveis” (Ceará, 1897b, p. 26). Dessa forma, o governo Acióli atacava os menores de idade, que ainda não respondiam pelos seus atos, e, ao contrário do que possa parecer, tal grupo não era irrelevante na composição dos fluxos migratórios (Menezes, 2001, p. 18). Além disso, o governo estadual criou a famosa “folha corrida”, imposto esse que custava vinte mil réis de cada indivíduo que buscasse deixar a província (Teófilo, 1980, p. 39-40). E, ademais, os municípios cearenses começaram a taxar o “agenciador de voluntários”, que tinham como objetivo angariar braços para os seus contratantes (Ceará, 1893, p. 14-15). Mesmo com tais medidas, os cearenses fugiam da indigência material da vida sertaneja, porque sentiam-se atraídos pela promessa de riqueza fácil dos paroaras. Para o governador Acióli, isso não era um traço da sua falta de recursos, mas sim da sua falta de experiência, que os impedia de perceberem que estavam sendo ludibriados pelos agenciadores de mão de obra. Com isso, Acióli tentava blindar o seu governo do problema da migração, sem deixar de alertar os “inexperitos conterrâneos” dos perigos da Amazônia, “dessa misteriosa e mórbida atração dos pantanaes” (Ceará, 1899, p. 27).

Já a migração de cearenses para o Sul teve início no século XIX e foi incentivada pelo Império (leia-se cafeicultores). Migração essa que foi, demasiadamente, negada pelas ciências sociais (Hasenbalg, 2005, p. 271). Tal migração, que, no século XX, se tornará estável e robusta em virtude da industrialização concentrada na região, deve-se, sobretudo, a três nomes – Antônio Prado, Caio Prado e Campos Sales. Seus interesses giravam em torno dos negócios do café, que estavam ameaçados pelo avanço do abolicionismo (Faoro, 2008, p. 548). Coincidiu, portanto, às vésperas da abolição, o esvaziamento das fazendas do Norte, por causa das secas, com o abandono da colheita de café pelos escravos no Sul, em virtude da propaganda abolicionista. Como já eram acostumados a transferir os cativos do Norte para o Sul, os cafeicultores planejavam deslocar os retirantes para as suas herdades, enquanto organizavam a imigração europeia. Em 1888, Antonio Prado, secretário de agricultura do Império, sem dar ouvidos aos comerciantes e fazendeiros do Ceará, materializou essa ideia, juntamente com seu irmão Caio Prado, que na época era presidente do Ceará, ao incluir as passagens de navio como socorro público para os retirantes (Brasil, 1888, p. 1), como o Estado já tinha feito na seca de 1877-1879 (Gonçalves, 2006). Em vez de esmolas ou do aproveitamento da mão de obra ociosa dos retirantes na construção de obras públicas na caatinga sertaneja, o socorro público se transformava em passagens de navio, levando, nos primeiros seis meses de 1889, 9.052 retirantes para o Sul, como demonstra este quadro:

Quadro 2 – Migrantes que saíram pelo porto de Fortaleza no primeiro semestre de 1889

Destino	Ano de 1889						Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
Alagoas	3	0	7	5	0	22	37
Bahia	2	0	27	6	4	2	41
Espírito Santo	424	0	111	274	193	14	1.016
Minas Gerais	0	0	1	0	0	0	1
Paraíba	5	0	2	0	20	0	27
Pernambuco	0	11	26	29	73	61	200
Rio de Janeiro	1.385	71	1.389	1.743	641	576	5.805

Rio Grande do Norte	0	1	3	0	0	0	4
Rio Grande do Sul	0	0	0	1	0	0	1
Santa Catarina	0	0	2	0	17	0	19
São Paulo	1.212	13	187	243	89	265	1.909

Fonte: (Ceará, 1889, s/p).

Dos 9.052 retirantes, 8.730 foram para as províncias produtoras de café – Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Para as demais províncias, tem-se um número reduzido de retirantes, indicando que esse fluxo era daquele que, em vez de apoio oficial, só contava com uma simples, amigável ou familiar, rede de acolhimento. O fato de o Rio de Janeiro ter recebido o maior número de migrantes levanta a hipótese de que eles se direcionaram para o Vale do Paraíba, onde os cafeicultores, supostamente falidos, não tinham condições financeiras para trazer imigrantes europeus para as fazendas e sítios, sendo mais viável contar com a mão de obra dos retirantes. No geral, na seca de 1888-1889, 30 mil cearenses migraram, ou seja, quase um terço deles foi para o Sul, graças ao governo central, articulado com a presidência da província. A seca de 1900 empurrou 40 mil retirantes para fora da província, sendo que somente 2.043 foram para o Sul (Teófilo, 1980, p. 120). Tal estiagem foi marcada pelo embate entre o presidente Campos Sales e a bancada do Sul, que insistiam em dar como socorro passagens de navio para o Sul, e o governador Pedro Borges, que integrava a oligarquia Acióli. A rusga foi tão intensa que o governo do Ceará declarou que preferia perder braços para a Amazônia do que para o Sul, alegando que o fluxo para a floresta era antigo e, por isso, já contava com redes sociais para ampará-los.

O êxodo no Ceará tinha, então, fortes impulsores. Primeiro, a situação econômica da região, com a redução drástica na produção de algodão, e o liberalismo oligárquico – que articulava um programa liberal com práticas políticas oligárquicas, limitando desse modo a democracia e cidadania na Primeira República (Resende, 2021). Segundo, as grandes secas que desestabilizaram a região semiárida, ao expulsar os pequenos lavradores e moradores do campo. Terceiro, o assédio dos estados do Norte amazônico e do Sul, que precisavam de mão de obra para dar impulso à extração da borracha e à colheita do café. Assim, o Maranhão, que já recebia uma migração tímida de cearenses impulsionada pelas riquezas de outrora, acabou se aproveitando das correntes migratórias que seguiam para o extremo Norte, pois está

localizado nas portas da Amazônia, onde milhares de retirantes desembarcaram, para tentar a sorte em seus currais, engenhos e fazendas.

Colonização estrangeira no Maranhão

A economia do Maranhão foi uma das que mais cresceram em fins do século XVIII por causa do algodão. Ao contar com o fornecimento de mão de obra escrava, implementos e insumos agrícolas e créditos aos produtores, via Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal, a economia maranhense se expandiu de 1756 a 1808 (Tribuzi, 2011). Já no século XIX o comércio da malvacea perdeu fôlego em razão das guerras na Europa e da colheita abundante nos EUA. Segundo o presidente Antônio Joaquim Alvares do Amaral, a decadência da província se devia ao algodão e ao desânimo das classes produtoras com a falta de trabalhadores: “Lavradores têm enfraquecido em seus trabalhos, mesmo pela falta que se experimenta de braços” (Maranhão, 1848, p. 33).

Diante da necessidade de força de trabalho, logo surgiram entusiastas com a colonização estrangeira, como Eduardo Olímpio Machado, que, além de Goiás, presidiu a província do Maranhão. Para ele o governo do Maranhão devia contrabalançar a falta de braços, “que cada dia vai-se tornando maior, à proporção que os escravos vão adquirindo aumento de preço no mercado do Rio de Janeiro”, com o melhoramento das vias de comunicação e dos processos empregados na indústria rural, e, obviamente, com a introdução de colonos (Maranhão, 1852, p. 10).

O clima que poderia ser um estorvo para os brancos europeus não assustava o entusiasmado presidente Olímpio Machado, pois a província tinha solo fértil – elemento fundamental para a sua riqueza. Se havia um óbice, que não era apenas do Maranhão, mas do Brasil, esse era a escravidão. Em suas palavras: “Não é certamente o ardor do sol, que afasta o europeu dos trabalhos rurais em nosso país, o que os afasta é a escravatura” (Maranhão, 1851, p. 45). Para ele a mancha da escravidão na história do Brasil teria marcado indelevelmente as relações de trabalho no campo, fazendo com que os colonos europeus evitassem vir ao país. Esse era o problema a ser enfrentado: por isso, deveria haver, primeiro, a abolição desse regime; já o clima abrasador dos trópicos seria, em sua visão, anulado pela fertilidade do torrão maranhense.

Assim como as demais províncias que sofriam com a “carência de braços”, o Maranhão também se aproveitou do estabelecimento de um circuito mundial de mão de obra no século XIX. Tal estrutura foi necessária para que os imigrantes chegassem às terras

maranhenses: portugueses da região do Porto, que engrossavam o fluxo migratório para o Brasil, instalaram-se nas colônias Santa Isabel e Petrópolis (Costa, 2018); os chineses, que vinham do Rio de Janeiro, foram para a colônia das lavras auríferas do Maracaçumé (Maranhão, 1855); os alemães que, por meio da casa comercial de José Vergueiro, vieram para São Luís, etc. Esses imigrantes, vindos de diferentes lugares e culturas, participavam de um movimento global de força de trabalho liberado para o processo de expansão do capital. Desse modo, o governo e os produtores do Maranhão não desperdiçaram o refluxo de imigrantes europeus que vinham dos Estados Unidos, as correntes migratórias que se direcionavam para os portos de Santos e do Rio de Janeiro, e as migrações que partiam diretamente de Portugal para a ilha de São Luís.

Em seu afã de atrair imigrantes, a província do Maranhão tinha o Ceará como exemplo na política de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo as palavras de Luís Alves de Lima e Silva – futuro Duque de Caxias – que presidiu o Maranhão enquanto sufocava a revolta popular da Balaiada: “Não seria menos profícuo que se estabelecesse huma sociedade de colonização, igual a que no Ceará creou-se em virtude da Lei Cearense nº 46 de seis de Outubro de 1838” (Maranhão, 1840, p. 18). Os incentivos para a colonização estrangeira foram criados, mas não no tempo de Caxias, e sim nos anos 50 do século XIX, efeito da lei Eusébio de Queiroz. Mas, ao contrário do Ceará, que praticamente já não contava mais com o braço cativo, no Maranhão havia escravizados, “escravos da nação” (que trabalhavam em obras públicas) e trabalhadores indígenas. Porém, para o crescimento da indústria agrícola, a disponibilidade de mão de obra não era suficiente para suas enormes glebas desabitadas.

Sendo assim, foi nos anos 1850 que a província do Maranhão incentivou a vinda de imigrantes (de acordo com a lei provincial nº 312 de 24 de novembro de 1851), em razão da “falta de braços para satisfazer às necessidades da lavoura”, que era considerada como uma das causas do atraso de sua indústria agrícola (Maranhão, 1855, p. 34). Somente nesse decênio, no qual Olímpio Machado governou o Maranhão por quatro anos (1851-1855), foram criadas seis colônias estrangeiras: Santa Isabel, Petrópolis, Arapapá, Pericaú, Maracaçumé e Santa Teresa. Havia, então, a necessidade de braços para expandir a lavoura e a pecuária – seja nas colônias, seja nas fazendas, seja nos engenhos, apesar das guerras entre fazendeiros e quilombolas, fazendeiros e indígenas – e, por isso, o governo do Maranhão buscava definir o perfil do imigrante que corresponderia aos anseios da sociedade:

Cumprido, portanto, animar o estabelecimento destas colônias, cuja principal indústria deve ser a agricultura, e é certamente um incentivo a concessão de prêmios aos importadores de colonos, sendo indispensável, porém, exigir deles a prova de que estes no país, de onde emigrarão, se empregarão na lavoura, e, também, que nenhum seja, em regra, maior de 40 anos, admitindo-se como exceção o chefe de alguma família; que na metade os colonos importados sejam casados e tragão consigo a família que tiverem. Com estas condições, e com as que garantão, nos respectivos contratos dos empresários, a sorte dos colonos, a fim de que não venhão embaídos por falsas e exageradas promessas e na esperança de auferirem lucros fabulosos, com quem jamais possam contar, e se não tornem descontentes depois, de modo que possam prejudicar o futuro da colonização; dest’arte, fiscalizando-se para que, em vez de elementos vitais, não se inoculem no seio de nossa população princípios maléficos, germens de turbulência, indivíduos viciosos, senão cobertos de crimes, vagabundos de praia ou estradas, cujo transporte seja apenas uma especulação, um meio reprovado de satisfazer a ambição do importador; e assim vindo indivíduos que não tenham de subsistir simplesmente os escravos do sexo masculino, que não tenham por fim também preencher unicamente o vácuo, que cada dia se torna maior pela diminuição proveniente de seu transporte para o Sul, e da mortalidade, que não é de modo algum compensada pelos nascimentos em vista da máxima desproporção entre os dois sexos; e por este modo, vindo famílias que se tenham de reproduzir, de aumentar, e melhorar nossa população, aperfeiçoando mesmo as raças e plantando os hábitos de trabalho, e a necessidade de civilizar-o, seguindo os exemplos dos países cultos; desta sorte, finalmente, todo o sacrifício, que o tesouro público provincial fizer, em favor da colonização, será um bem para o presente, e um maior bem para o futuro; de outro modo, não (Maranhão, 1856, p. 51-52).

Estava assim definido o perfil do imigrante para o Maranhão: jovem, morigerado e chefe de família; além disso, sem “princípios maléficos”, isto é, que não fossem socialistas, para propagar o socialismo pela província. Eles também deviam ser trabalhadores disciplinados, e não vagabundos “de praia ou estradas”, satisfazendo unicamente a “ambição do importador”, e não poderiam ser tratados como meros substitutos da mão de obra escrava pelos fazendeiros, pois isso causava entraves à imigração. Com efeito, as autoridades da província do Maranhão tinham em mente as primeiras experiências com a mão de obra estrangeira em São Paulo, que fracassaram, justamente porque os proprietários de terra tratavam os imigrantes como escravos, e os imigrantes se levantaram contra o escravismo da classe fazendeira, o que causou a proibição da vinda de alemães para o Brasil (Costa, 2010). Ademais, os imigrantes tinham que ser brancos para embranquecer a população mestiça do Maranhão que, segundo os teóricos racistas, eram inferiores, porque não tinham o hábito de trabalhar regularmente. Assim, o Maranhão recebeu 887 colonos, sendo, em sua maioria, portugueses do Porto, que aproveitaram a comunicação marítima existente entre as cidades do Porto e São Luís (Maranhão, 1856, p. 54).

Todavia o funcionamento das colônias não foi como se imaginava. Das seis colônias criadas nesse decênio, somente duas vingaram: as colônias de Santa Isabel e Petrópolis. Segundo as autoridades, foram vários os motivos desse insucesso com a mão de obra estrangeira:

Infelizmente, [...] o resultado da colonização europeia não correspondeu ao que se esperava; teve de arcar com sérias dificuldades, atribuindo-se os seus reveses à má escolha dos colonos; aos perigos da aclimação e aos embaraços da administração em um objeto tão complicado quanto estranho aos nossos hábitos (Maranhão, 1859, p. 25).

Desse modo, os relatórios da presidência da província indicam que os colonos que vieram para o Maranhão provinham de áreas urbanas, não sendo adequados para o serviço agrícola. Outra razão que impediu o crescimento das colônias foi, ao contrário do que pensavam Olímpio Machado e Evaldo Cabral de Mello (1999), a questão da aclimação – ou do “clima do Norte”, que, para eles, só existiu no discurso ideológico dos cafeicultores, cujo objetivo estava na obstrução de investimentos do Estado na infraestrutura de comunicação e transporte das províncias da região Norte, objetivando, então, centralizar tais investimentos apenas na região Sul e embaraçar a vinda de imigrantes para a região Norte. Entretanto, não se pode ocultar as dificuldades encontradas pelos colonos para se adaptarem aos trópicos, tendo sido acometidos de várias epidemias, chegando muitos a morrerem longe de sua pátria. Em 1856, na colônia Arapapá, que foi criada para fundar uma povoação europeia e construir um canal, os colonos já se apavoravam com o estado sanitário do local: “O estado sanitário é satisfatório na atualidade, tendo sido antes alterado por numerosos casos de febres intermitentes; e embora poucos fossem fatais, não deixou isto de derramar pavor entre os colonos” (Maranhão, 1856, p. 55). O clima da floresta era de difícil adaptação; mesmo na colônia Petrópolis, os colonos enfrentavam sérias dificuldades em seu novo ambiente: “O estado sanitario da colonia tem sido mau, bem como o de todo o município do Codó, em que tem reinado com intensidade a epidemia dysenterica e as febres intermitentes”. Na verdade, “os colonos tiveram a dupla infelicidade de chegarem alli em uma quadra doentia, e em tempo impróprio para dar começo aos trabalhos da lavoura” (Maranhão, 1856, p. 58).

Outra razão para o mau êxito do Maranhão com a vinda de europeus está na administração, nos seus embaraços em tratar de objeto estranho a seus hábitos, ou seja: a colonização estrangeira. Os colonos do núcleo Santa Teresa tiveram, por exemplo, que abandoná-lo, pois o empresário que o administrava, Antônio Corrêa de Mendonça

Bittencourt, foi deportado do Império por tentativa de homicídio, e assim eles “dispersarão-se pela comarca de Guimarães, empregando-se uns como jornaleiros em fazendas de lavoura; outros como feitores; e outros finalmente em diversas indústrias” (Maranhão, 1859, p.27). Isso, de certo modo, reforça a tese de Caio Prado (2012, p. 249), que defende que as colônias se tornaram “iscas” para os latifúndios. Assim no decênio 1850-1860, a experiência com a colonização estrangeira no Maranhão recebeu grande impulso, em razão da abolição do tráfico negreiro, mas foi malsucedida, tal como as primeiras experiências no Sul do país. A província do Meio-Norte teve que lutar com as doenças tropicais, a ambição do importador de mão de obra e, claro, a concorrência com as províncias sulistas, para implantar os seus núcleos coloniais.

Colonização estrangeira no Ceará

Para as presidências da província, a solução para o problema da falta de braços estava na imigração estrangeira. Tampouco se pode esquecer da busca incessante por mão de obra no território nacional, especialmente onde pudesse encontrá-la abundante e fácil de transportá-la. E na corrida desenfreada por trabalhadores, o governo do Ceará procurou, como as demais províncias, repovoar os seus campos com imigrantes europeus, já que os cearenses “inexperientes” continuavam fugindo das longas estiagens.

Assim, o governo do Ceará usou do expediente da imigração estrangeira em 1837, na administração do padre Alencar. Segundo o padre Alencar, a província do Ceará sofria com a falta de braços, visto que “a escravatura sempre foi pouca, não tendo havido muita introdução de africanos” (Alencar, 1837 *apud* Girão, 2000). Em suas falas, descrevia as ações que tomava com o fito de organizar a oferta de mão de obra na província, seja com a criação da Companhia de Trabalhadores, criada para alistar mão de obra nos municípios, seja com a colonização estrangeira. Aproveitando-se de uma corrente migratória que se estabelecia entre os Açores e o Brasil (Riley, 2003), ele introduziu 120 colonos açorianos na província. O resultado da experiência com os imigrantes não foi positivo, pois logo eles foram classificados de “ociosos”, “ladrões” e “assassinos”, e, desse modo, parte deles fugiu para outras províncias (Sousa e Meio, 1838 *apud* Girão, 2000, p. 311). Contudo, isso não impediu que se tentasse novamente a experiência da imigração.

Na seca de 1888-1889, o presidente do Ceará, o paulista Caio Prado, defendia implantar o serviço de imigração. Ao mesmo tempo em que pensava nos meios para trazer imigrantes europeus para o Ceará, ele e seu irmão, Antônio Prado, incentivavam a emigração

dos cearenses para o Sul. Assim, ele estimulava a emigração e buscava a imigração. Ele foi o único presidente do Ceará que impulsionara a migração de sua população numa quadra já de forte deslocamento populacional, porque considerava a emigração dos cearenses como única forma de combate à seca, e, para compensar a perda de trabalhadores, procuraria incentivar a colonização estrangeira. Uma das hipóteses para entender por que Caio Prado dava impulso a tal migração era a de que, por ser irmão de Antônio Prado, que, além de ser um dos maiores cafeicultores do país, estava, na época, à frente da pasta da Agricultura, ele seguia, pois, a orientação do seu irmão para a luta contra as secas, qual seja: a de enviar os retirantes para os cafezais. Apesar do fluxo de cearenses para o Sul, subsidiado pelo governo imperial, Antônio Prado instruiu Caio Prado para implantar o serviço de imigração na província do Ceará. Para tanto, só precisava Caio Prado seguir as indicações do seu irmão mais velho, o Antonico:

[...] respeitar a liberdade do imigrante de escolher a localidade e o modo da sua colocação; desenvolver núcleos existentes; organizar os planos de viação externa e interna; propor a organização das comissões técnicas que forem necessárias; colocar os imigrantes em territórios próximos dos centros de permuta, de maneira que dispunham de vias de comunicação; recomendar a criação de associações destinadas a divulgar as vantagens de imigração e colonização, a zelar os interesses dos imigrantes, a sugerir providências e a propagar ideias; e convocar os lavradores a iniciar nos seus estabelecimentos o trabalho do braço estrangeiro, assegurando que o governo imperial lhes fornecerá o transporte, a recepção e o agasalho dos imigrantes (Brasil, 1889, p. 1).

Dessa forma, Caio Prado e Antônio Prado compensariam o êxodo de cearenses que o governo imperial promovia⁹. Mas, no entanto, a substituição de mão de obra nacional por estrangeira não se realizaria facilmente, pois a província do Ceará teria que, primeiro, construir uma infraestrutura de estradas, colônias etc., para estar apta a receber os imigrantes, já que era necessário instalar tais equipamentos para dispor da mão de obra estrangeira. Assim, o Ceará pertencia ao grupo de províncias que não poderiam acolher os imigrantes devido à falta de infraestrutura exigida. No seletivo grupo das províncias que já estavam prontas para instalar os trabalhadores europeus, somente as províncias do Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais), ou seja, apenas as que produziam e exportavam café.

⁹ O ministro Antonio Prado foi deveras criticado pela forma como conduzia a imigração – sobretudo na crise gerada pela saída de imigrantes de Blumenau, depois de 25 anos de estabelecimento na cidade catarinense, para o Rio da Prata – porque ele só quis “avolumar a corrente imigratória, sem cuidar do seu prompto e conveniente estabelecimento” (Taunay, 1889, p. 11). Disponho aqui de uma boa pista para entender por que, em uma época em que as ideias imigracionistas eram hegemônicas, Antônio Prado transferia os retirantes do Norte para Sul. A explicação é simples: preocupação com a colheita de café, que estava seriamente ameaçada pela falta de trabalhadores no contexto da abolição.

As províncias do Norte poderiam contar com o Império para fomentar a colonização estrangeira, através das leis 3.396 e 3.397, mas sem antes organizar as colônias e construir as estradas de ferro e de rodagem.

Além da malha viária e dos núcleos coloniais, outra justificativa para não incluir as províncias do Norte na política de imigração estava no “clima do norte”, que, segundo Evaldo Cabral de Mello (1999, p. 71-72): “O que designava simplificadamente como o ‘clima do norte’ serviu frequentemente de alibi às autoridades imperiais para justificar a inexistência de uma política de imigração para aquela parte do Brasil”. A questão do clima foi, então, usada ideologicamente pelas autoridades do Império para estorvar a vinda de imigrantes para o Norte, mas ao mesmo tempo que é preciso atentar para o uso ideológico de tal questão, deve-se considerar a seca como um impeditivo à imigração. Enquanto a borracha e o café atraíam trabalhadores de todas as partes do mundo para o país, os efeitos sociais da seca na produção e no emprego repeliavam a todos, em especial a população sertaneja.

Com efeito, o governo do Ceará conhecia as dificuldades que enfrentaria para atrair migrantes para uma terra que sofria constantemente com os rigores da seca. Mesmo assim, o governo provincial continuava com planos de implantar o sistema de imigração. Definiu as serras de Ibiapaba e de Baturité como núcleos coloniais, porquanto tinham “climas magníficos”, aos quais os trabalhadores estrangeiros logo se adaptariam. O governo da província desejava convencer os imigrantes que, além do clima agradável, tais serras estavam próximas dos centros de comércio, constituindo-se como locais promissores para os estrangeiros que viessem ao Ceará.

Nessa corrida acirrada por mão de obra, as províncias do Norte, seguindo o protocolo de instalação dos imigrantes europeus, partiam, então, com desvantagem em relação às do Sul, visto que elas não tinham, além do clima, infraestrutura adequada. Faltavam ao Ceará e às demais províncias do Norte semiárido infraestrutura para receber os trabalhadores estrangeiros (segundo o governo imperial), e, além disso, tinham que enfrentar a sede por mão de obra das províncias produtoras de café, mas sem dispor da mesma força política no cenário nacional. Houve, no entanto, um lance de sorte para a província do Ceará: o passamento de Caio Prado em 25 de maio de 1889. Sorte porque, com a sua morte, a política de enviar os retirantes cearenses para São Paulo foi desfeita. Contudo, isto não quer dizer que a vontade de trazer imigrantes europeus sumiu da mente das autoridades com a interrupção do plano da família Prado – grandes capitalistas de São Paulo.

Assim, o serviço de imigração devia progredir, sem a parte do estímulo à migração dos retirantes dada pelo falecido Caio Prado. Em 1896, o presidente Acióli incumbiu o comerciante e amigo Isaie Boris, que já tinha organizado a participação do Ceará na Exposição Internacional de Chicago em 1892-1893, para trazer uma empresa de imigração ao Ceará, com o intento de repovoá-lo. Depois de Acióli admitir que as medidas criadas para debelar o deslocamento dos sertanejos não tinham surtido o efeito esperado, ele passou a recorrer à imigração. Tendo como aparato institucional a lei estadual nº 331, Acióli orientava Isaie Boris como devia proceder para estabelecer a vinda dos imigrantes:

Como não haja meios de seduzir empresários, lhe asseguramos, desde logo, grandes lucros, assentamos de fazel-os maiores, firmando contracto exclusivo por dez anos. Isto lhe permitirá effectuar ajuste a preços menos reduzidos, com as companhias de navegação, ficando para eles, diferenças maiores entre a taxa ajustada com o governo e a que ditas companhias estabelecerem para os transportes, nos dez anos (Ceará, 1897a, s/p).

Acióli sabia, então, que não era fácil atrair imigrantes para o Ceará. Uma das dificuldades seria a de fazer com que uma empresa de navegação da Itália chegasse à costa cearense, porque o Ceará não tinha negócios com os italianos, e, além disso, se encontrava distante do Sul, por onde circulavam as empresas italianas. Com a Inglaterra, país no qual mais comerciava, seria fácil encontrar empresas de navegação que ancorassem em sua costa, porém lá não havia migrantes dispostos a virem para o Ceará. Mesmo assim, ele não perdia as esperanças de ver os campos do Ceará repletos de imigrantes: tanto que, ele já indicava o tipo de imigração que almejava, levando em consideração as teorias racistas tão em voga na época:

Quando tenho falado em emigração italiana, o faço por hypothese. Ella será o que V. S. indicar. O que me parece é que não convirá a asiática, por ser mais cara, e tratar-se de gente que não poderá ser assimilada pela do paiz, quando se deve prover ao futuro crescimento da nossa população enxertação da raça¹⁰ (Ceará, 1897b, s/p).

Embora estivesse otimista com a vinda de europeus, o plano de Acióli fracassara, principalmente porque não teve apoio do governo federal. Além disso, era difícil fazer com que as empresas de navegação, que realizavam o traslado dos imigrantes para o Sul, aportassem na costa cearense. Isso requeria um custo muito alto que o estado do Ceará não teria como subsidiar, e o governo federal não estava disposto a fazê-lo. Ademais, a seca do

¹⁰Sobre as opiniões negativas acerca da imigração asiática, ver Schwarz, 1993, p. 184. No tocante às opiniões positivas acerca da imigração de chineses para o Brasil, apesar de eivadas de preconceito, vide Mendonça, 1879.

Ceará, com seu cortejo de misérias, impediam a realização de qualquer política de atração de imigrantes. Portanto, nessa conjuntura, os imigrantes europeus evitaram viajar para o Ceará.

Cearenses com destino ao Maranhão

Em 1959, à frente do Grupo de Trabalho do Nordeste (GTDN), Celso Furtado elaborou um importante documento chamado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”. Nele, Celso Furtado (2009, p. 88) tinha como uma das diretrizes básicas: “o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense”. Mas a colonização do Maranhão pelos retirantes do Nordeste não teve início no século XX e nem muito menos foi realizada de forma planejada. A população do Maranhão, que vivia em “condições de vida de extremo primitivismo” em 1959 (Furtado, 2009, p. 88), era descendente de nordestinos que migraram para a região em fins do século XIX. Do meio milhão de nordestinos que se deslocaram para a extração da borracha até 1910, parte deles não foi para o Amazonas e Pará extrair borracha, mas se fixou no Maranhão: migração essa ainda pouco estudada, se comparar com os fluxos migratórios que se direcionaram para as províncias do Amazonas e do Pará.

Assim o boom da borracha nas florestas do Amazonas e do Pará foi capaz de encobrir o trabalho dos retirantes noutras províncias que não estavam ligadas a essa atividade econômica, como, por exemplo, no Maranhão. No Maranhão havia grande necessidade de trabalhadores nos setores da agricultura e da pecuária, e não na atividade extrativa da borracha.

Na seca de 1877-1879, as fazendas do semiárido, que ficaram sem produção econômica, liberaram seus moradores e eles passaram a engrossar o êxodo que se encaminhava para os núcleos urbanos (sobre a dinâmica da moradia no semiárido, ver Braga Neto, 2017). Os socorros públicos, que primeiramente chegavam aos portos da capital, provocaram então o deslocamento dos retirantes para esses locais. Para desafogar as cidades da multidão de retirantes, evitar tumultos e aproveitar a mão de obra desocupada noutros serviços, o governo imperial incentivava a emigração para outras províncias, subsidiando a passagem deles nos navios da Loide Brasileiro. Foi assim que os retirantes chegaram ao Maranhão. Antes de 1877, já havia correntes migratórias para a província do Maranhão, como na guerra de Independência e na seca de 1825 (Assunção, 2015, p. 77), mas nada que se compare à migração na seca “dos dois sete”.

Em 1878, dez mil retirantes desembarcaram na cidade de São Luís, que nesse ano tinha uma população de trinta e cinco mil pessoas (Sá, 1997, p. 56). O sistema de colonização também foi atingido. A ideia do governo era de aproveitar a mão de obra, já que faltavam braços para a expansão dos engenhos e fazendas na província (Faria, 2012). Foram, então, criados seis núcleos coloniais, de trabalhadores nacionais, para receber os retirantes: Prado, Amélia, Flores, Santa Teresa, Mata dos Bois e Pimentel, que podiam engajar mais de 3 mil trabalhadores (Sá, 1997, p. 69-70). Assim as regiões do Gurupi, do Pindaré, do Mearim, do Grajaú e de Alcântara, recebiam núcleos coloniais organizados para acolher a população pobre do semiárido. Na Colônia do Prado (no Gurupi), por exemplo, havia 875 retirantes, em agosto de 1878 (Maranhão, 1879). Portanto, o governo do Maranhão pensava que, com o aproveitamento dessa mão de obra, poderia alavancar a economia da província.

A vinda de retirantes não poderia ser mais propícia para o governo do Maranhão. Como havia dificuldades para estabelecer a vinda de imigrantes europeus, como parte dos escravizados tinha sido vendida para as províncias do Sul e como o sistema de aldeamento definhava, a migração de retirantes se configurava como solução para a falta de braços, para o “desenvolvimento da lavoura”, como acreditava o presidente da província José Caetano Vaz Júnior (Maranhão, 1879). A esperança de poder contar com os retirantes se renovava, então, a cada grande seca no século XIX. Um exemplo disso está no telegrama do presidente da província, José Moreira Alves da Silva, para o ministro de Agricultura, Antônio da Silva Prado, que já desviava essa massa de trabalhadores desocupados para os cafezais do Sul. No telegrama o presidente do Maranhão solicitava recursos para o pagamento das passagens dos retirantes, que se concentravam em São Luís, para o Engenho Central São Pedro:

Lavradores Engenho Central S. Pedro precisam trabalhadores e tem contratado diversos provincia Ceará. Não podem pagar passagem d'esta Capital até lá, embora seja barata, falta recursos. Impossivel despesa cofres provinciaes falta verbas. Poderá V.Ex^a autorisal-a? Seria importante serviço prestado lavoura. Rogo V.Ex^a resposta (Maranhão, 1888, s/p).

Da mesma forma que os retirantes se apresentavam para o trabalho na extração da borracha no Amazonas e no Pará, eles também se embrenhavam no interior do Maranhão para trabalhar nas obras públicas, nas fazendas e colônias agrícolas. Assim, juntamente com indígenas, religiosos, leigos, fazendeiros, aventureiros, escravizados e quilombolas, os retirantes são, pensando a vasta região do Mearim, “personagens que configuram e são configurados nesse espaço” (Ferreira, 2015, p. 47).

Mas há certo desconhecimento sobre os impactos trazidos pelos retirantes no sistema de colonização da província. Tudo isso se deve à falta de pesquisas sobre o alistamento dos retirantes, e, por conseguinte, à função das colônias organizadas pelo governo. Assim concordo, em parte, com Ferreira (2015, p. 50), quando afirma que há poucas pesquisas sobre a migração cearense para o Maranhão, porque defendo que não só a migração cearense tem sido pouco estudada, como também os diferentes fluxos migratórios que tiveram essa província como destino, especialmente os que se estabeleceram no século XIX. Outra questão está na finalidade das colônias criadas para receber os retirantes: para alguns as colônias foram organizadas apenas para combater os quilombos, tendo o caso do quilombo Limoeiro como referência. Desse modo, as colônias agrícolas perdiam a sua finalidade principal, que era a do “desenvolvimento da lavoura”. Além de lutar contra os quilombolas, havia as colônias agrícolas, que serviram mais para reforçar as fazendas e engenhos do que para se transformar em posto de aliciamento de soldados, cujo objetivo era desbaratar os quilombos espalhados pelo espaço maranhense.

Assim, a maioria dos trabalhadores que foram para os currais, engenhos e fazendas do Maranhão, eram do Norte semiárido, e não de imigrantes europeus. Posso dizer, então, que o problema da mão de obra do Norte foi resolvido com os braços locais, a massa da população desocupada; mas, no caso do Maranhão, foi preciso que houvesse sucessivas correntes migratórias das províncias vizinhas, especialmente do Ceará, para solucionar, em parte, a “carência de braços” do hinterland maranhense. Portanto, os cearenses foram aos poucos se engajando na extração do látex, no Acre, Amazonas e Pará, e nas lavouras e fazendas de gado, no Maranhão, e, desse modo, foi expandindo os currais, a atividade extrativa e o cultivo da terra pelas províncias do Norte.

Considerações finais

Com a boa ferramenta da história comparada, compreendo como se deu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Norte do país, mais especificamente, nas províncias do Ceará e do Maranhão, que não puderam contar com os incentivos do governo imperial. Apesar de ter saído na frente em relação à colonização estrangeira, chegando até a influenciar a política maranhense, a província do Ceará não teve o mesmo desempenho que a província do Maranhão, que, somente nos anos 1850, chegou a receber mais de 800 imigrantes, em sua maioria, portuenses. Mesmo assim, pode-se dizer que a colonização estrangeira no Maranhão foi um fracasso. O fracasso do Maranhão foi, pois, menor que o do

Ceará, que, nessa época, não conseguiu dispor de trabalhadores estrangeiros, a não ser em fins da década de 30, com os açorianos. Tudo isso demonstra o esforço dos governos e dos particulares dessas províncias em organizar núcleos coloniais, o que prova que não havia nenhuma predileção pelo indivíduo escravizado, como afirma Emília Viotti da Costa. Aliás, o malogro da experiência do Maranhão em resolver a sua “carência de braços” foi compensado, em parte, pela migração de cearenses, migração essa importantíssima para a economia maranhense.

Ao comparar esse processo histórico em tais províncias, cheguei a uma conclusão diferente de Evaldo Cabral de Mello. Pois a questão do clima foi, apesar do uso ideológico feito pelos cafeicultores, um empecilho para o Ceará e Maranhão implantarem os seus núcleos coloniais. Embora os cafeicultores tenham usado a difícil aclimação de trabalhadores estrangeiros no Norte para inviabilizar a colonização estrangeira na região, não se pode relativizar o fator seca como impeditivo à imigração. O Ceará, conhecido como terra das secas, exportou para o mundo inteiro imagens dramáticas dos efeitos sociais da seca de 1877-1879, que desestimularam os imigrantes europeus a se instalar na província. Como migrar para uma província onde a sua população está se retirando de lá, por causa dos efeitos sociais de um evento climático recorrente? No Maranhão, também, o clima contribuiu para o mau êxito de sua experiência com a colonização estrangeira. O clima das matas maranhenses era favorável à proliferação de doenças tropicais – desconhecidas dos imigrantes – e que geravam febres intermitentes, epidemias e mortes. Portanto, a questão do clima em relação a essas províncias não foi meramente ideológica.

Nesse exercício comparativo, o Ceará deve ser a única província em que o governo deu incentivos para que sua população migrasse, enquanto tentava organizar núcleos de colonização estrangeira. Seu presidente Caio Prado, mancomunado com seu irmão Antônio Prado, procuravam instalar o serviço de imigração no Ceará, de forma retórica, apenas para engambelar a sociedade, pois o que importava era enviar os retirantes cearenses para as fazendas de café, demonstrando que não tinham compromisso com essa província do Norte nem com a dignidade do seu povo, e que o governo imperial estava totalmente instrumentalizado pelos cafeicultores, desde o Imperador, passando pelos ministros e presidentes de província. Já o presidente Acióli, maior oligarca do Ceará, também queria trazer imigrantes, especialmente italianos, mas via o povo cearense emigrar, por causa das crises de produção e emprego e do seu liberalismo oligárquico.

Seja no Império, seja na República, o domínio dos cafeicultores do Sul continuou sem controle efetivo, criando dois Brasis, um rico, outro pobre. Mesmo pagando a conta da colonização estrangeira e da industrialização no Sul (Sudeste), o Norte (Nordeste) ficou sem a colonização estrangeira e a industrialização (que só passou a ser incentivada com a Sudene na década de 60 do século XX). Assim, é chegada a hora de a União criar políticas para diminuir as desigualdades regionais, que foram fomentadas pelo Estado. Tais desigualdades devem ser corrigidas, porque o risco de desmembramento do território nacional pode ser tornar realidade, como aconteceu em 1932, e como já se sinaliza nas crescentes diferenças de interesses entre as regiões Nordeste e Sudeste, consubstanciadas no resultado das eleições presidenciais.

Já que as políticas de reparação estão em voga neste momento, os cearenses, da mesma forma que os paraibanos, potiguares, pernambucanos e sergipanos, merecem ser reparados pelas diversas regiões que colonizaram. O êxodo no Ceará provocou um deslocamento populacional que não tem comparação na história do Brasil. Foram os retirantes cearenses, que desbravaram a Amazônia, conquistaram o Acre e povoaram o Maranhão, como os paraibanos, potiguares, pernambucanos e sergipanos, só que estes em menor número. Desse modo, os retirantes cearenses foram responsáveis por fazer a conversão do trabalho escravo para o trabalho livre menos dramática no Amazonas, no Pará, no Maranhão etc. Também é de responsabilidade deles ter unido o Ceará e o Maranhão para sempre, como estados irmãos. Mas, no entanto, seus descendentes vivem ainda em condições de vida de extremo primitivismo no Maranhão, no Ceará e em outros estados do Norte. Mereciam, pois, uma reparação histórica.

O resultado dessa exclusão é que a modernidade que representava a colonização estrangeira, os incentivos dados aos colonos europeus e os investimentos em infraestrutura – tudo isso foi negado ao Norte, tendo que a população pobre do interior erguer sozinha, sem contar com a proteção do Império e da República, mas contando com o desinteresse nacional, a economia da região, que ainda se encontra em estágio de subdesenvolvimento.

Referências Bibliográficas

ACCIOLYS. **Unitário**, Fortaleza, 21 abr. 1910, p. 1.

ALVES, Joaquim. Notas para uma introdução à histórica. *In*: FILHO, Antonio Martins; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 2ª edição. Fortaleza, CE: Editora Fortaleza, 1945.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão (1800-1850)**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2015.

BRAGA NETO, Edgar. Cearenses “indolentes” na transição do trabalho escravo para o trabalho livre (1888-1900). **Revista de História Regional**. [SI]., v. 26, n. 1, 2021, p. 66-88.

BRAGA NETO, Edgar. Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores. 2017. Fortaleza (CE). **Tese (doutorado)** – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 289f.

BRASIL. **Ofício nº 1110 do Ministério dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro, 1889, p. 1.

BRASIL. **Circular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro, 1888, p. 1.

CEARÁ. **Relação de Emigrantes Norte-Sul**. Fortaleza, 1889, s/p.

CEARÁ. **Mensagem do Presidente Tenente Coronel José Freire Bizerril Fontenelle**. Fortaleza, 1893.

CEARÁ. **Relatório da Secretaria do Interior do Ceará**. Fortaleza, 1897a.

CEARÁ. **Mensagem do presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly**. Fortaleza, 1897b.

CEARÁ. **Mensagem do presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly**. Fortaleza, 1899

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 5ª edição. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

COSTA, Clerivaldo. Imigração portuguesa para o Maranhão em meados do século XIX. 2018. Codó (MA). **Monografia (Graduação)** – Curso de Ciências Humanas – História, Universidade Federal do Maranhão, 50f.

DIAS, Arthur. Ceará. (Do livro O Brasil Actual 1904). **Revista do Instituto do Ceará**, t. XXVII, ano XXVII, 1913.

EISENBERG, Peter. A falta de imigrantes: um aspecto do atraso nordestino. **Revista de História (USP)**, v. 46, n. 94, 1973, p. 583-601.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970). 2015.

Niterói (RJ) **Tese (doutorado)** – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 338f.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Migração e mão de obra**: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro Sul. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERG, 2005.

HOBSBAWN, Eric J. **A era do capital**: 1848-1875. [Tradução Luciano Costa Neto]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LOPES, Raimundo. **O torrão maranhense**. Rio de Janeiro: Cia Editora Fon-Fon, 1970.

MARANHÃO. **Falla do presidente Coronel Luiz Alves de Lima**. São Luís, 1840.

MARANHÃO. **Falla do presidente Antônio Joaquim Alvares do Amaral**. São Luís, 1848.

MARANHÃO. **Falla do presidente Eduardo Olímpio Machado**. São Luís, 1851.

MARANHÃO. **Relatório do presidente Eduardo Olímpio Machado**. São Luís, 1852.

MARANHÃO. **Relatório do presidente Eduardo Olímpio Machado**. São Luís, 1855.

MARANHÃO. **Relatório do presidente Antonio Candido da Cruz Machado**. São Luís, 1856.

MARANHÃO. **Relatório do presidente João Lustosa de Cunha Paranaguá**. São Luís, 1859.

MARANHÃO. **Relatório do presidente José Caetano Vaz Júnior**. São Luís, 1879.

MARANHÃO. **Telegrama da presidência da província do Maranhão**. São Luís, 1888.

MARANHÃO. **Relatório da Inspetoria Especial de Terras e Colonização**. São Luís, 1891.

MENDONÇA, Salvador de. **Trabalhadores asiáticos**. New York: Typographia do Novo Mundo, 1879.

MENEZES, Antônio Bezerra de. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

MENEZES, E. Diatahy B. de. **Existe o Nordeste? (Gênese de sua Invenção como Região)**. Revista do Instituto do Ceará, v. 119, p. 125-179, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império (1871-1889)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOTINS NO PARÁ. **Unitário**, Fortaleza, 12 jan. 1911, p. 1.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política no Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional: estudos econômicos**. Propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883. 2ª edição. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: **O Brasil Republicano** (Vol. 1): O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021, p. 81-110.

RILEY, Carlos Guilherme. A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais. **Arquipélago/História**, 2ª série, VII, p. 143-172.

RÜCKET, Fabiano Quadros. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da história comparada. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, vol. 5, n. 10, dezembro de 2013, pp. 203-225.

SÁ, Iracema de Jesus França de. A imigração de cearenses no Maranhão (1877-1879). 1997. São Luís (MA). **Monografia (Graduação)**, Curso de História, Universidade Federal do Maranhão, 50f.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle (senador do Império). **Questões de imigração**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

TEÓFILO, Rodolfo. **A libertação do Ceará: queda da oligarquia Accioly**. Fac-sim – edição de 1914. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2 ed. São Luís: Conselho Nacional de Economia do Maranhão, 2011.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: USP, 1993.

Recebido: 24/09/2025

Aprovado: 25/03/2026